

PROJETO DE LEI Nº 05/2025, 14 de maio de 2025

Institui alíquota de contribuição suplementar devida pelo Município para equacionamento do déficit atuarial do IPESC – Instituto de Previdência do Município de Santa Cruz.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz o envio do seguinte projeto de Lei:

Art. 1º Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, na forma de contribuição suplementar devida pelo Município.

Art. 2º A contribuição suplementar de que trata o art. 1º será devida nos exercícios e percentuais definidos na tabela abaixo e incidirá sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, em atendimento à Legislação Federal e de acordo com o que dispõem a Legislação Municipal, com base em Avaliação Atuarial elaborada para o período:

Ano	Saldo devedor	Juros	Parcela	Alíquota	Base de incidência
01/2025 a 12/2025	RS 79.810.115,60	RS 3.910.695,66	RS 3.948.762,73	35,58%	R\$ 11.098.265,11
01/2026 a 12/2026	RS 79.772.048,53	RS 3.908.830,38	RS 3.986.008,50	35,56%	R\$ 11.209.247,76
01/2027 a 12/2027	RS 79.694.870,41	RS 3.905.048,65	RS 4.027.000,72	35,57%	R\$ 11.321.340,24
01/2028 a 12/2028	RS 79.572.918,33	RS 3.899.073,00	RS 4.067.270,73	35,57%	R\$ 11.434.553,64
01/2029 a 12/2029	RS 79.404.720,60	RS 3.890.831,31	RS 4.107.943,44	35,57%	R\$ 11.548.899,18
01/2030 a 12/2030	RS 79.187.608,47	RS 3.880.192,82	RS 4.149.022,87	35,57%	R\$ 11.664.388,17
01/2031 a 12/2031	RS 78.918.778,41	RS 3.867.020,14	RS 4.190.513,10	35,57%	R\$ 11.781.032,05
01/2032 a 12/2032	RS 78.595.285,45	RS 3.851.168,99	RS 4.232.418,23	35,57%	R\$ 11.898.842,37
01/2033 a 12/2033	RS 78.214.036,21	RS 3.832.487,77	RS 4.274.742,42	35,57%	R\$ 12.017.830,80
01/2034 a 12/2034	RS 77.771.781,57	RS 3.810.817,30	RS 4.317.489,84	35,57%	R\$ 12.138.009,11
01/2035 a 12/2035	RS 77.265.109,03	RS 3.785.990,34	RS 4.360.664,74	35,57%	R\$ 12.259.389,20
01/2036 a 12/2036	RS 76.690.434,63	RS 3.757.831,30	RS 4.404.271,38	35,57%	R\$ 12.381.983,09
01/2037 a 12/2037	RS 76.043.994,54	RS 3.726.155,73	RS 4.448.314,10	35,57%	R\$ 12.505.802,92
01/2038 a 12/2038	RS 75.321.836,18	RS 3.690.769,97	RS 4.492.797,24	35,57%	R\$ 12.630.860,95
01/2039 a 12/2039	RS 74.519.808,91	RS 3.651.470,64	RS 4.537.725,21	35,57%	R\$ 12.757.169,56
01/2040 a 12/2040	RS 73.633.554,33	RS 3.608.044,16	RS 4.583.102,46	35,57%	R\$ 12.884.741,25
01/2041 a 12/2041	RS 72.658.496,03	RS 3.560.266,31	RS 4.628.933,49	35,57%	R\$ 13.013.588,67
01/2042 a 12/2042	RS 71.589.828,85	RS 3.507.901,61	RS 4.675.222,82	35,57%	R\$ 13.143.724,55
01/2043 a 12/2043	RS 70.422.507,64	RS 3.450.702,87	RS 4.721.975,05	35,57%	R\$ 13.275.161,80

01/2044 a 12/2044	RS 69.151.235,46	RS 3.388.410,54	RS 4.769.194,80	35,57%	R\$ 13.407.913,42
01/2045 a 12/2045	RS 67.770.451,20	RS 3.320.752,11	RS 4.816.886,75	35,57%	R\$ 13.541.992,55
01/2046 a 12/2046	RS 66.274.316,55	RS 3.247.441,51	RS 4.865.055,62	35,57%	R\$ 13.677.412,48
01/2047 a 12/2047	RS 64.656.702,45	RS 3.168.178,42	RS 4.913.706,17	35,57%	R\$ 13.814.186,60
01/2048 a 12/2048	RS 62.911.174,69	RS 3.082.647,56	RS 4.962.843,24	35,57%	R\$ 13.952.328,47
01/2049 a 12/2049	RS 61.030.979,02	RS 2.990.517,97	RS 5.012.471,67	35,57%	R\$ 14.091.851,75
01/2050 a 12/2050	RS 59.009.025,32	RS 2.891.442,24	RS 5.062.596,39	35,57%	R\$ 14.232.770,27
01/2051 a 12/2051	RS 56.837.871,18	RS 2.785.055,69	RS 5.113.222,35	35,57%	R\$ 14.375.097,97
01/2052 a 12/2052	RS 54.509.704,51	RS 2.670.975,52	RS 5.164.354,57	35,57%	R\$ 14.518.848,95
01/2053 a 12/2053	RS 52.016.325,46	RS 2.548.799,95	RS 5.215.998,12	35,57%	R\$ 14.664.037,44
01/2054 a 12/2054	RS 49.349.127,29	RS 2.418.107,24	RS 5.268.158,10	35,57%	R\$ 14.810.677,82
01/2055 a 12/2055	RS 46.499.076,43	RS 2.278.454,75	RS 5.320.839,68	35,57%	R\$ 14.958.784,59
01/2056 a 12/2056	RS 43.456.691,49	RS 2.129.377,88	RS 5.374.048,08	35,57%	R\$ 15.108.372,44
01/2057 a 12/2057	RS 40.212.021,30	RS 1.970.389,04	RS 5.427.788,56	35,57%	R\$ 15.259.456,16
01/2058 a 12/2058	RS 36.754.621,79	RS 1.800.976,47	RS 5.482.066,44	35,57%	R\$ 15.412.050,73
01/2059 a 12/2059	RS 33.073.531,81	RS 1.620.603,06	RS 5.536.887,11	35,57%	R\$ 15.566.171,23
01/2060 a 12/2060	RS 29.157.247,76	RS 1.428.705,14	RS 5.592.255,98	35,57%	R\$ 15.721.832,95
01/2061 a 12/2061	RS 24.993.696,92	RS 1.224.691,15	RS 5.648.178,54	35,57%	R\$ 15.879.051,28
01/2062 a 12/2062	RS 20.570.209,53	RS 1.007.940,27	RS 5.704.660,32	35,57%	R\$ 16.037.841,79
01/2063 a 12/2063	RS 15.873.489,48	RS 777.800,98	RS 5.761.706,93	35,57%	R\$ 16.198.220,21
01/2064 a 12/2064	RS 10.889.583,53	RS 533.589,59	RS 5.819.324,00	35,57%	R\$ 16.360.202,41
01/2065 a 12/2065	RS 5.603.849,13	RS 274.588,61	RS 5.878.437,74	35,58%	R\$ 16.523.804,43
01/2066 a 12/2066	RS 0,00				

Art. 3º A contribuição suplementar relativa ao exercício de 2025, será exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei e as dos demais exercícios, a partir de 1º de janeiro de cada ano, não se lhes aplicando a anterioridade nonagesimal, nos termos do inciso III do art. 56 da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

Art. 4º Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração das alíquotas suplementares aqui instituídas, as novas alíquotas deverão ser estabelecidas em lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de maio de 2025.


Alberto Duarte de Sousa

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES E VEREADORAS,

Com elevada estima e respeito, dirijo-me a Vossas Excelências para apresentar o Projeto de Lei anexo, que institui alíquota de contribuição suplementar devida pelo Município para equacionamento do déficit atuarial do IPESC – Instituto de Previdência do Município de Santa Cruz.

Este projeto de lei reveste-se de suma importância para a comunidade dos servidores públicos de Santa Cruz, e os seus respectivos dependentes, uma vez que visa garantir a sustentabilidade financeira do nosso Regime Próprio de Previdência Social, o IPESC, assegurando o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores municipais, atuais e futuros.

A presente proposta legislativa tem como principais objetivos estabelecer um plano de amortização do déficit atuarial do RPPS, por meio da instituição de uma contribuição suplementar devida pelo Município, conforme os percentuais e prazos definidos na tabela constante do Art. 2º do Projeto de Lei. O projeto aborda aspectos legais e financeiros relevantes, visando cumprir as exigências da legislação federal e garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, conforme determina a Lei Federal nº 9.717/98 e a Portaria MTP nº 1.467/2022.

Nesse sentido, solicito a Vossas Excelências a mais atenta apreciação e análise do Projeto de Lei em anexo, reconhecendo a importância da consideração e do debate em sessões públicas para o enriquecimento da proposta e a sua adequação às necessidades do nosso IPESC e dos nossos servidores.

Para referência detalhada, o Projeto de Lei e a Avaliação Atuarial Anual encontram-se anexo a esta mensagem, disponível para consulta e análise. Informo, ainda, que estamos à disposição para participar de reuniões futuras, a fim de discutir o projeto e prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Agradeço, desde já, a atenção e a consideração de Vossas Excelências, reiterando o meu compromisso com a gestão responsável dos recursos públicos e com o bem-estar dos servidores municipais.

Respeitosamente,


Alberto Duarte de Sousa

Prefeito Municipal